Título original: *Questiones de organización. 31 tesis insur reccionalistas.*
Publicado por Ediciones Piratillas, Alicante, em 2001. Retirado da página da Internet de Palabras de Guerra em 2006.

Tradução e edição: raividições, em 2006. Revisto em 2007.
Textos já publicados:

- Alfredo M. Bonanno, *A tensão anarquista*.
- Alfredo M. Bonanno, *O prazer armado*.
- Bob Black, *A abolição do trabalho*.
- Sasha K., *O acto insurreccional e a auto-organização da luta*.
- Wolfi Landstreicher, *A rede de dominação - análises anarquistas das instituições, estruturas e sistemas de dominação e exploração para serem debatidas, desenvolvidas e postas em prática*.
- Wolfi Landstreicher, *Auto-organização autónoma e intervenção anarquista: uma tensão na prática*.
- Wolfi Landstreicher, *Da política à vida - livrando a anarquia do fardo esquerdista*.
- Wolfi Landstreicher, *Pensamentos bárbaros. Sobre uma crítica revolucionária da civilização.*

raividições

raiva.pt.vu

raividita@yahoo.com

Questões de organização. 31 teses insurreccionalistas.

[livro anónimo]

Anti-copyright

XXXI. Há que distinguir entre movimento autónomo, como prática autónoma do proletariado, e organização autónoma, como estrutura ideologizada que pretende suplantar o movimento, mistificando-o e esvaziando-o de conteúdo.
A ideologia não é autónoma, está sujeita às suas próprias limitações, é falsificação da realidade.
Somente a crítica e a acção podem ser autónomas.

Epílogo

O exposto nestas teses não trata de expressar o desejo de um modelo organizativo. Trata de indagar, desde a crítica, as linhas gerais que ajudem a superar o estado actual das coisas. Como se disse, não é um catecismo. Existem formas díspares de actuar e fazer e diversos caminhos que tomar, sendo impossível pré-estabelecê-los sem cair em ficções ideológicas.

Mas, se é verdade que existem formas díspares de actuar e diversos caminhos para experimentar, apenas existe um para o não fazer, e esse já o conhecemos.

Outono de 1999

encobertos sempre nas suas asfixiantes dinâmicas.

XXVI. Os movimentos sociais autónomos são organismos populares que respondem a necessidades sentidas. Desenvolvem-se à margem dos aparatos de recuperação do Poder, manifestando-se nas práticas da auto-gestão e da acção directa.

XXVII. Os movimentos sociais autónomos surgem como negação de aspectos concretos e quotidianos da exploração capitalista. O seu objectivo é destruir esse aspecto, atacar um aparato do Poder. Consequentemente, têm um limite no espaço-tempo.

XXIX. A criação de situações insurreccionais difusas por parte dos movimentos autónomos, a sua conexão, coesão, amplificação e radicalização transforma os momentos efémeros de revolta em momentos de evolução e auto-gestão generalizada. Os movimentos autónomos transformam-se, pela via insurreccional, em movimento revolucionário.

XXX. Os movimentos sociais diferem dos movimentos sociais reformistas, sendo que estes últimos baseiam a sua acção na reivindicação parcial, a qual não nega a dominação capitalista, simplesmente exigem desta uma cessação de poder, um serviço concreto insatisfeito.
Na prática, não é fácil diferenciar entre um e outro e é a sua própria evolução, em muitos casos, e as circunstâncias que os envolvem o que nos dará as chaves para o seu reconhecimento.

Aos companheiros presos da guerra social e muito especialmente àqueles que, além de sofrer a prisão, têm que suportar toda a verborreia dos ideólogos pseudo-revolucionários que desejariam submetê-los às suas próprias limitações.

Prólogo

O texto que se segue pretende retomar o debate sobre a organização desde uma perspectiva anarquista. Tema antigo, sempre presente, nunca terminado, ainda que haja tenha encontrado a certeza neste ou naquele modelo.

Não te iludas, não encontrarás nas páginas que se seguem nenhuma novidade (maldita palavra de marketing) - já no século passado se debatia em termos semelhantes - nem tão pouco receitas mágicas que nos poupem o esforço de pensar e actuar, questionar, criticar e experimentar; se há algo que se tenta, é precisamente incentivar isto mesmo. Escasseia-nos debate e comunicação, acção e experimentação, e sobram-nos monotonias, certezas e modelos.

Estas “questões de organização” são propositadamente subjectivas e intencionalmente críticas.

Este texto, que no próprio título já se define como insurreccionalista, surge do desejo de destruir o existente e trata de pesquisar os caminhos que tornem possível a materialização desse desejo, procurando, a partir da palavra, o encontro, na palavra e na acção, com todos aqueles indivíduos insurgentes que mantêm viva a demolidora paixão da liberdade.

I. Sempre existiram duas tendências visíveis no Movimento Operário. Uma é a tendência etapista que, conservando as vitórias "parciais", pretende fixá-las como degraus ascendentes à conquista do céu. Outra é a tendência insurreccional, que faz do presente o próprio momento de possibilidade revolucionária. Na prática não têm existido linhas precisas de demarcação de ambas as tendências. As duas tendências encontram os seus semelhantes no Movimento libertário.

II. A tendência etapista define-se na prática de reivindicação como modo gradual de alcançar transformações globais. Assumindo a negociação com o Poder e subordinando a confrontação directa com este. Fixando as suas perspectivas revolucionárias no futuro, trata de acumular no presente o maior número de adeptos, aos quais tenta conscienciali-zar, até que se dêem as condições (??) essenciais para um ideal assalto aos Palácios de Inverno. O crescimento quantitativo é, consequentemente, o seu primeiro objectivo.

Esta tendência organizou-se historicamente em estruturas clássicas (partidos, sindicatos, etc.). A estrutura clássica é representativa enquanto se erige em representante material ou espiritual, não apenas dos seus membros, mas de todo o colectivo de explorados, convertendo-se no eixo do "verdadeiro" movimento proletário.

Desde aqui que se impulsiona e estimula a "consciência de organização", a pertença a um grupo homogéneo acima do indivíduo, do qual se pode ser e com o qual te identificas e te identificam.

de opositores teóricos e práticos ao desenvolvimento da organização informal como organização e não como mera formalidade vai desde os seus detractores mais acérrimos aos seus supostos precursores mais teóricos.

XXV. A mistificação quantitativa passa na actualidade por duas faces da mesma moeda. A de quem necessita da acumulação significativa de paroquianos para se decidir a fazer alguma coisa que vá mais além das rotinas simbólicas e a dos que só o são capazes de fazer desde as capelas grupusculares, supondo que estas são a garantia que previne os males de que são acusadas as organizações pesadas. Se os primeiros permanecem instalados no limbo, os segundos também não vão muito mais longe, visto que as limitações que supõem ao actuar colectivo os afasta irremediavelmente da intervenção social e dos hipotéticos movimentos de massas, adoptando pouco a pouco a consciência de vanguarda voluntarista, e estou a referir-me intencionalmente a "movimentos de massas" pelo medo de alguns a esse termo. Se a organização informal não é organização separada deve partir, procurar e concluir no movimento dos explorados e estender a sua prática-teoria na e desde a realidade das lutas e não a partir de ilusórias barricadas e fantasiosas clandestinidades, com ânsias tão meritórias como suicidas. A organização informal deveria ser o aglutinante da tendência insurreccional do movimento dos explorados no seu próprio meio, em vez de outro factor de dispersão.
Em qualquer caso, o pequeno número não vacina contra os males inerentes à organização pesada (delegacionismo, organizacionismo, burocratização, …). Como prova basta passar uma vista de olhos aos grupelhos à nossa volta,

XXI. No seguimento do já dito, a organização informal evita e combate a reprodução no seu interior de relações sociais capitalistas e é geradora de relações sociais comunistas e realidade latente, aqui e agora, da sociedade libertária.

XXII. As necessidades da organização informal não são um catecismo pré-estabelecido que tem de ser obrigatoriamente cumprido, ponto por ponto. Trata-se de necessidades que aparecem no decorrer da luta e que podem adoptar diversas e variadas formas, se bem que, no essencial, são consubstanciais ao desenvolvimento positivo do processo. Nenhuma necessidade verdadeira surge de forma provocada e nenhuma é superior a outra, sendo que estas aparecem como necessárias pela própria dinâmica do confronto.

XIII. A organização informal não é organização separada das lutas, nem superior ou guia destas. É parte consciente da tendência insurreccional do movimento dos explorados e participante das lutas sociais. Não renunciando ao confronto nos períodos de retrocesso e falsa paz social e fundindo-se de forma natural nos movimentos autónomos de classe, quando estes se desenvolvem numa direcção insurreccional.

XXIV. Por muito que custe a quem diz o contrário, a organização informal é organização. Desde os etapistas organizacionistas, para quem toda a acção tem de passar primeiro por acabar a sempre inconcluída organização perfeita, até aos individualistas, incapazes de articular qualquer actividade na companhia de outros e, como consequência, instalados na crítica e no gueto das suas próprias ilusões, a gama

A estrutura clássica é uma estrutura pesada, que produz e reproduz aparatos burocráticos. Tem os seus comícios de decisão, comités representativos e executivos e um emaranhado de protocolos, vícios e normas.

Simbolicamente, concebe-se como guardião do sangue dos mártires, do passado glorioso, dos princípios imutáveis. Estimulando o culto à personalidade, seja do herói morto ou do distinto companheiro vivo.

As organizações pesadas são conservadoras em si mesmas e tendem a preservar-se no tempo, apesar das conjunturas que as fizeram surgir se terem modificado. Por isso, uma parte importante do seu tempo é dedicada a realizar "análises" e gestos que mostrem a indescritível necessidade e "actualidade" do modelo organizativo. O resto do seu tempo divide-se nas reivindicações concretas como forma de proselitismo; na organização da Organização, chegando-se ao máximo de complexidade possível; e na reprodução ideológica, tendo nas referências passadas uma verificação da sua existência.

A tendência etapista e as formas orgânicas que adopta mostram-nos a permeabilidade no Movimento Operário dos valores sistemáticos; a burocratização inerente à organização pesada, a delegação do indivíduo no colectivo, o estabelecimento de hierarquias difusas ou regradas, a rentabilidade da acção como valor de troca, a acção como mercadoria, a assunção de limites e programas mínimos, o reconhecimento do Poder como mediador através da negociação…

III. No Movimento Libertário dá-se, como reflexo do Movimento Operário, a tendência etapista.

Esta tendência cristaliza o modelo organizativo clássico composto pela organização das massas, pelas organizações específicas e pelas organizações "alargadas" de tipo juvenil, de mulheres, culturais, etc.

Este modelo surgido em princípios do século XX tem um sentido lógico no momento do seu aparecimento, de crise e reestruturação capitalista. Nele se conjugam, sob forma de contradição, tanto a necessidade e o desejo de auto-organização proletária, como o reflexo das mudanças em curso que conduzem a um novo modelo de acumulação capitalista.

No desenvolvimento deste modelo enfrentam-se e complementam-se duas tendências anunciadas. Por um lado dá-se a prática reivindicativa da tendência etapista, que consolida a estrutura pesada e as burocracias emergentes. Por outro lado produzem-se explosões insurreccionais rompem com o etapismo e superam a organização pesada num sentido positivo.

A conjuntura histórica de crise capitalista propicia essa contradição. Esta pode observar-se na revolução espanhola. Enquanto as massas proletárias, animadas pela CNT-FAI, desencadeiam uma revolução sem precedentes, gerando os seus próprios mecanismos auto-gestionados, elas serão, por sua vez, paradas e estranguladas pela burocracia da mesma

rar a auto-complacência, evitando a fossilização e a recuperação sistemática, recuperação que é a primeira forma repressiva dos sistema contra as potencialidades revolucionárias.
Tudo é questionável e susceptível de crítica, não há fórmulas mágicas. A partir daqui, a prática ratifica ou não a teoria, e vice-versa, evitando cair-se na reprodução de estereótipos e modelos ideológicos e questionando todo o *a priorismo* e mistificação.

XVIII. A organização informal tem uma necessidade de espaços auto-gestionados no terreno, a partir de onde operar, experimentar e encontrarem-se os indivíduos, grupos e iniciativas insurgentes. Espaços que por si só suponham ruptura e ataque conta o sistema e a partir dos quais se construam situações reais de auto-gestão libertária.

XIX. A organização informal tem a necessidade de impulsionar redes de comunicação, debate e difusão de ideias. Redes que satisfaçam a necessidade de comunicação directa entre os insurgentes e as diferentes lutas em curso, sem cair na contra-informação (interpretação e transmissão de notícias, apenas) nem em transmissão ideológica oficial (em pequena escala), nos seus próprios parâmetros alienante.

XX. A organização informal tem a necessidade de se munir de meios materiais para combater a repressão. A solidariedade com os represaliados tem de ser uma constante prioritária, visto que é a única defesa do revolucionário. A solidariedade com os companheiros represaliados não se pode ficar por uma pose ou actividade circunstancial.

esta através do encontro, da comunicação, do debate e da acção. Os actos dão-nos as chaves da afinidade com os nossos iguais.
Não resta dúvida que havemos de nos encontrar com todos aqueles grupos e indivíduos, com que, mesmo sem o saber, estamos a percorrer o mesmo caminho.

XIV. O militantismo é a antítese da responsabilidade individual. O primeiro é submissão à ideologia e à organização, é martírio, acção separada da vida, alienação. O segundo é acção vivida e compartilhada, ruptura da alienação, libertação do desejo.
Superamos o militantismo quando nos tornamos responsáveis dos nossos actos, por muitos esforços que nos custem.
A organização informal anarquista é a organização de indivíduos responsáveis, não de militantes.

XV. A organização informal tem uma necessidade de autonomia extrema, já que a sua própria composição é autónoma, do indivíduo ao grupo, do grupo à rede.

XVI. A organização informal tem uma necessidade de comunicação constante, como um todo impreciso que pensa e actua, que decide e luta ao mesmo tempo. O acordo entre os seus membros dá-se de forma natural e é fruto das necessidades sentidas e da responsabilidade individual.

XVII. A organização informal tem uma necessidade de autocrítica implacável. Sendo a sua própria existência uma crítica prática ao miserabilismo imposto pela falsa paz social, torna-se imprescindível a análise dos seus actos sem procu-

CNT-FAI, que não encontrará dificuldades em alinhar-se com as outras burocracias “operárias” em organismos interclassistas, o que será justificado como “necessidade histórica”. O epílogo é a derrota do Movimento Operário, insuficientemente forte e autónomo para anular e superar, na prática insurreccional, as suas próprias organizações representativas.

IV. A tendência insurreccional do movimento operário não se identifica com formas regradas de organização, mas com a prática do ataque directo ao Poder, sem admitir negociação, diálogo ou intermediário algum com este. Encontra a sua razão de ser e extracção teórica na acção colectiva ou individual do proletariado consciente, que se revolta contra os aparatos de dominação.
O seu objectivo presente e imediato é a destruição de tais aparatos.
A materialização desta tendência no movimento de massas surge em todos os momentos de luta directa que superam a mera reivindicação e se fazem donos da sua própria vida e construção teórica.
Nascem em e desde o confronto e têm nele o seu sentido, gerando situações concretas de destruição do existente e a criação de realidades auto-gestionadas.
As organizações nascidas no movimento insurreccional de massas apenas têm a sua razão de ser no momento concreto da revolta generalizada. A sua construção a priori ou a sua conservação posterior apenas as conduz à prática reivindicativa e/ou à recuperação sistemática.
Desde os Ludditas até à insurreição albanesa que encontramos os sinais de identidade desta tendência, de onde explo-

rar as possibilidades, sempre presentes, da sua materialização real.

V. A tendência insurreccional do movimento operário teve entre os libertários (incluindo neste conceito todos aqueles movimentos que desempenharam uma prática anti-autoritária e revolucionária) os seus maiores animadores e impulsionadores. O confronto directo com o Poder e o desejo da sua destruição imediata são inerentes ao pensamento e à prática libertária, que rejeita as "políticas por fases" e as representações simbólicas.
Se bem que a criação desta tendência no movimento libertário não tenha tido as repercussões "espectaculares" que possa ter tido a tendência etapista, ela está presente em toda a história libertária com uma prática visível, geradora de tensões no seio do movimento libertário e do movimento operário. As suas reedições mais palpáveis correm paralelas ao desenvolvimento do movimento operário insurreccional e encontram a sua fusão com este através da catarse revolucionária.
O facto de que o movimento insurreccional libertário não tem a magnitude espectacular do movimento anarquista etapista deve-se às suas próprias características. O movimento insurreccional libertário não mantém formas de organização pesadas, nem baseia a sua acção na acumulação quantitativa, nem se ergue como representante de ninguém. Não possui, assim, referências estruturais palpáveis e os seus sinais de identidade seguem o curso do confronto directo e espontâneo do proletariado enquanto este não cai na manipulação e recuperação dos aparatos burocráticos das estruturas clássicas. É, consequentemente, um movimento difuso, prin-

car. Protestos dirigidos contra este ou aquele facto parcial apenas colocam em evidência a sua manipulação folclórica, que evitam a globalidade do confronto, reduzindo-se o protesto a um consentido desabafo vazio.
O ataque mostra as suas aspirações destrutivas da totalidade porque o objecto atacado é apenas uma desculpa para questionar o existente. É, consequentemente, irrecuperável.

XII. A violência é um aspecto secundário no ataque, não a sua razão de ser. O ataque é toda a forma de destruição do existente, de onde parte a possibilidade de gerar novos modos de criatividade.
A criação-destruição é um processo que se retro-alimenta no decurso da luta.

XIII. A organização informal é um caminho óptimo para a organização do ataque anarquista. A organização informal não se baseia em estruturas clássicas e pesadas, adaptando-se ao momento e à vontade de acção dos insurrectos, não submetendo os seus desejos à estrutura e seu programa.
A organização informal dá-se através da afinidade entre indivíduos e grupos e tem nela, e apenas nela, a sua razão de união e de formação de um tecido orgânico nunca acabado, sempre em movimento.
A organização informal dá-se no terreno e pode ser tão extensa como a própria afinidade, não estando os seus membros sujeitos a outros compromissos além daqueles adquiridos voluntariamente, e sendo a sua coesão tão forte como a paixão compartilhada pela destruição do poder.
Não possuindo órgão nem comícios de decisão, chega-se a

ções. Estas já não estão apenas sujeitas ao modelo produtivo que tem o seu eixo na fábrica e no trabalho centralizado. No momento em que o capitalismo converteu toda a actividade humana em mercadoria, o trabalho repressivo trespassou os muros do recinto fabril para abarcar todos os aspectos da sobrevivência social. A alienação é agora global.
3. A possibilidade de revolução é uma possibilidade presente. O problema teórico colocado há um par de séculos pelo socialismo não foi resolvido, apenas reestruturado, afundando-se na contradição inerente ao sistema capitalista.

X. O objectivo revolucionário passa por incidir em tal contradição que possibilita a geração de movimentos reais, capazes de superar o estado actual das coisas. Ataquemos, através da prática subversiva, a realidade quotidiana que todos os submetidos à dominação capitalista sentimos, ainda que uma grande maioria veja essa realidade distorcida pela redução a espectáculo que o sistema faz dela. Utilizemos como estratégia o confronto contínuo. Onde e quando os indivíduos insurrectos decidam, desde uma perspectiva global que não admita qualquer diálogo com o Poder.
Sair à rua a perturbar a miserável e embrutecedora ordem das coisas, tornando visível a brutalidade sistemática que todos percebemos particularmente. Desprender a nossa raiva é um objectivo possível no aqui e no agora, unir a nossa raiva à dos nossos iguais será uma necessidade inevitável.

XI. O ataque é a acção colectiva ou individual contra o quotidiano, sem necessidade de justificações sob a forma de acontecimentos mediáticos teledirigidos ao Poder.
Não é necessário nenhum massacre televisionado para ata-

cipalmente tangível nos momentos álgidos de insurreição de massas, mas que perdura nos períodos de retrocesso revolucionário, nas mil e uma formas que adquire a revolta (sabotagens, expropriações, absentismo, …).
Esta tendência não se limita apenas ao acto violento da acção directa, mas tal como o movimento anarquista etapista, também se fornece de meios formais de propaganda, mas, ao contrário desses meios, são apenas ferramentas para avançar até ao confronto e aprofundar na luta insurreccional das massas.

VI. Dois fenómenos são nomeáveis:
1. Que a tendência etapista no movimento libertário vê como sendo um perigo a existência do movimento anarquista insurreccional. Pistoleiros, delinquentes, aventureiros, provocadores, infiltrados, psicopatas, são alguns dos adjectivos que tanto o Poder como o “revolucionári” etapista dedicam aos insurgentes, e ainda que o etapista possa admitir, ou até aplaudir, a insurreição distante (no tempo ou no espaço), não a aceitará no aqui e no agora.
Os seus medos justificam-se. A verificação prática do acto insurreccional põe em perigo a própria estrutura conservadora do “revolucionário” etapista, resguardado do confronto no seu feudo ideológico, de onde pode manter a pose “radical” sem o risco de o ser e manter pequenos e miseráveis redutos de poder reproduzido na forma de hierarquias naturais.
2. Já não existem fronteiras exactas entre ambas as tendências. A intensificação e o retrocesso das lutas fazem com que a convergência e a mistura se dêem frequentemente.
Assim, a fronteira inexistente cruza-se em ambas as direcções, demonstrando-nos a história que o anarquista insur-

reccional encontra a sua lógica no movimento operário revolucionário quando este se desprende dos recuperadores, enquanto o anarquista etapista mostrou no passado a sua facilidade para criar alianças com as organizações clássicas do movimento operário.

VII. O rótulo insurreccionalista, concedida por uns e auto-assumida por outros, não deixa de ser mais que isso, um rótulo, que corre o risco de se cristalizar em pseudo-ideologia, se não se aprofunda no âmbito teórico e prático da intervenção insurreccional. Mais além da possível moda que possa supor esta "novidade" (que novidade?) para aqueles que idealizam os seus aspectos mais mórbidos e fictícios (principalmente o uso da violência como estratégia revolucionária) e que, baseando-se num imediatismo voluntarista pouco argumentado, desprezam o papel da crítica. Se dos debates surgidos das práticas insurreccionais apenas valorizamos as formas, não tardará a aparecer quem subscreva um novo –ismo que os poupe de pensar.

VIII. Desde o que (não) há, no pobre panorama libertário actual deparamo-nos com um número crescente (crescente pela dinâmica de cisão em que se envolveu, que evidencia a sua debilidade) de organizações pesadas que se reclamam libertárias desde âmbitos muito distintos. Umas aproximam-se mais que outras do reformismo e outras espalham-se nele indecorosamente, enquanto algumas nadam no ostracismo absoluto que não levam a lado nenhum. Das diferentes famílias anarco-sindicalistas aos "autonomistas organizados", é-nos oferecido um arco-íris de possibilidades perdidas nos trajectos da política reivindicativa etapista. As suas diferenças teóricas perante um inexistente auditório evidenciam as suas misérias compartilhadas, a impossibilidade de destruir ou contribuir para a destruição da miséria realmente existente e a sua inconsciente contribuição para ela.

Sem um movimento revolucionário em vista, pretendem suplantá-lo a partir de um crescimento quantitativo que os converta na organização guia das massas, deixando tudo procrastinado para um futuro inexistente no qual se voltem a produzir as "condições objectivas" de um passado mistificado. O confronto com a realidade torna-se, consequentemente, impossível.

Nem o 17, nem o 36, nem o 68, nem o 77 vão voltar, por mais que copiemos as organizações que se deram nesses momentos, facto que demonstra que em vez de aprender com os actos históricos apenas temos sido capazes de imitar as suas carcaças.

Sobram mitologias ortopédicas e mentiras complacentes e faltam auto-crítica, acção e objectivos concretos para o agora, a partir dos quais projectar todas esses desejos frustrados de rebelião que, estando presentes, se afogam nos restos putrefactos das "velhas e novas" estruturas.

IX. Três afirmações sobre o presente:

1. O proletariado não foi abolido. Modificou a sua composição no decurso das reestruturações capitalistas, convertendo-se num sujeito menos perceptível, mais irreconhecível. Ainda assim, é crescente, paralelamente à sua decomposição como sujeito unitário, a existência de uma maioria explorada privada de todo o poder de decisão sobre as suas vidas.
2. O capitalismo continua a desempenhar as suas aliena-